



Diálogos

Soberania e Clima

V.1 N° 4, 2022.

O Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável: um elo a ser fortalecido

— *Júlia Jones*

O CENTRO SOBERANIA E CLIMA

O Centro Soberania e Clima é um *think tank* voltado para promoção de diálogo, apoio à formação e disponibilização de conhecimentos e informações visando à aproximação construtiva entre os setores de meio ambiente, segurança e defesa nacionais. O Centro almeja proporcionar ambiência e qualidade ao debate construtivo, no campo das relações entre a defesa e o Desenvolvimento Sustentável, para a valorização das convergências e superação das resistências existentes entre os *stakeholders* relevantes de governos, da sociedade civil organizada, das forças armadas, da academia e do mercado.

DIÁLOGOS SOBERANIA E CLIMA

Diálogos Soberania e Clima é uma publicação mensal do Centro Soberania e Clima que pretende apresentar diferentes perspectivas e questionamentos sobre temas relacionados a mudanças climáticas, sustentabilidade socioambiental, segurança climática, segurança, soberania e estratégias de defesa, de maneira a fomentar discussões qualificadas para promover articulação entre políticas públicas voltadas para meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável, segurança e defesa nacionais.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EDITORA CHEFE

Mariana Nascimento Plum

COMITÊ EDITORIAL

Bruna Ferreira

Felipe Sampaio

Mila Campbell

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Muniz de Carvalho

Gabriel Sampaio

Jose Hugo Volkmer

Marcelo Furtado

Newton Raulino

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Pedro Bopp

SOBERANIA E CLIMA

CNPJ 45.182.226/0001-99

Av. Pau Brasil, lote 06, Sala 407 - Parte 136

Águas Claras

Brasília/DF

CEP 71.916-50

www.soberaniaeclima.org.br

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Diálogos Soberania e Clima.

V.1 N° 4. 2022.

Brasília. Centro Soberania e Clima.

13p;

ISSN online 2764-9717

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Setor de Defesa. 3. Políticas de Defesa.

Sumário

Sumário executivo	4
O Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável: um elo a ser fortalecido	5
1. O Desenvolvimento Sustentável e sua transversalidade	5
2. O Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.....	6
3. A defesa como agente acelerador do Desenvolvimento Sustentável.....	8
3.1 Boas práticas internacionais.....	9
4. Considerações e recomendações finais	11
Referências	12

Sumário executivo

O presente artigo tem por finalidade demonstrar o elo entre Defesa e Desenvolvimento Sustentável e destacar o potencial do Setor de Defesa como agente acelerador para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 da ONU.

O Setor de Defesa tem papel relevante no contexto do Desenvolvimento Sustentável em razão de suas características e da natureza de suas atividades. Ele é o setor do Estado que representa um dos maiores volumes de compra, é um grande consumidor de energia e um dos principais ocupantes de domínios públicos, além de gerar emprego e renda. Pode-se afirmar que as operações e projetos desenvolvidos pelo Setor de Defesa produzem grandes impactos em termos sociais, econômicos e ambientais.

Entretanto, para que a Defesa desempenhe o papel de agente acelerador do Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessária a adoção de medidas que estabeleçam diretrizes mais claras permitindo, assim, o alinhamento das atividades do Setor de Defesa com a perspectiva sustentável. Além disso, é indispensável a criação de uma estrutura de governança, no âmbito do Ministério da Defesa, bem como no de cada Força Armada, voltada para o Desenvolvimento Sustentável, que possa permitir o acompanhamento e o controle das ações de promoção do Desenvolvimento Sustentável, e propiciar maior integração dentro do próprio Setor de Defesa e com os demais *stakeholders* (indústria, academia e sociedade civil). Essa governança é fundamental para fomentar o engajamento de pesquisadores e dos diversos atores e segmentos correlatos, permitir o intercâmbio de práticas e encarar os desafios da Agenda 2030 de forma conjunta e coesa, tendo-se em mente que os objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm caráter transversal nas diversas pautas e agendas do país.

Convida-se então o leitor a percorrer o panorama geral aqui traçado e as considerações efetuadas sobre o tema, concluindo-se o texto com a apresentação de recomendações para análises e estudos visando ao fortalecimento do elo entre Defesa e Desenvolvimento Sustentável.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Sustentável. Setor de Defesa. Políticas de Defesa.

O Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável: um elo a ser fortalecido

Júlia Jones¹

1. O Desenvolvimento Sustentável e sua transversalidade

O mundo atual se depara com gigantescos desafios sociais e ambientais. Para enfrentamento desses desafios foi criada, em 2015, a Agenda 2030 da ONU — um acordo global firmado entre os seus 193 países membros, com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, bem como garantir que todos possam viver em paz e prosperidade. Fazem parte dessa Agenda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – (UN, 2015), consubstanciados em dezessete objetivos que definem prioridades e aspirações globais a serem alcançadas.

Antes de tudo, é relevante pontuar que a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável compreende três dimensões, quais sejam: social, ambiental e econômica (UN, 2015). Entende-se que essas três dimensões são integradas e indivisíveis, dentro de uma visão integrada de Desenvolvimento Sustentável. Nessa esteira, pode-se dizer que os ODS também devem ser compreendidos como uma rede de objetivos, considerando que a maior parte de suas metas engloba todas as três dimensões (ICSU, 2016).

Diante desse entendimento considera-se que, para alcançar tais objetivos, é preciso abordar planos e ações relacionados aos ODS, sob uma perspectiva integrada, multisetorial e interdisciplinar. Neste sentido, tais planos e ações devem perpassar diversos setores do Estado e dependerão do engajamento de vários *stakeholders*, tais como o setor privado, a academia e a própria sociedade civil, constituindo uma aliança que compartilhe conhecimento, experiência e tecnologia.

No âmbito do Estado, é esperado que os governos internalizem os ODS por meio de ações e planos nacionais que se traduzam em políticas e iniciativas compreendendo as capacidades, as peculiaridades e a realidade de cada país. Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar o posicionamento da nova administração americana Biden-Harris em relação à questão climática. Conforme destacado por Raul Jungmann e Marcelo Furtado, em artigo publicado no jornal Valor Econômico (JUNGMAN, FURTADO, 2021), a ordem executiva apresentada pelo Presidente Joe Biden, em 27 de janeiro de 2021, inova ao colocar a crise climática no centro da Política Externa e de Segurança Nacional dos EUA, bem como ao pontuar o enfrentamento da crise climática como prioridade ao nível da Defesa e Segurança Nacional.

Esse posicionamento do governo americano torna o tema transversal em todas as agendas políticas do país, incluindo a agenda de Defesa, destacando, dessa forma, o enfrentamento da questão climática como uma ação de todos e não apenas de um único Ministério ou setor específico.

Em 2022 já se reconhece que não será possível alcançar todos os objetivos da Agenda até 2030. Além disso, destaca-se que a pandemia fez emergir novos obstáculos para a implemen-

1. Advogada, especialista em *Offset*. Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC RJ. Atua há dez anos em grandes projetos internacionais de Defesa na área naval. Este artigo foi escrito em maio de 2022.

“...é essencial criar ou ampliar o diálogo entre as agendas políticas do país, materializando a transversalidade do tema Desenvolvimento Sustentável.”

“A natureza das atividades do Setor de Defesa, o tamanho e a localização de suas instalações, a importância de seus efetivos e o volume de suas compras, implicam significativa responsabilidade em termos de Desenvolvimento Sustentável.”

tação do Desenvolvimento Sustentável, gerando maiores danos sociais e econômicos (UN, 2022). Dessa forma, torna-se essencial tratar da relevância do tema e da imperativa necessidade de adotar medidas que contribuam efetivamente para acelerar processos e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em busca da aceleração desse processo, a abordagem holística e multisetorial dos ODS assume papel de maior relevância, pois somente serão alcançados tais objetivos se for intensificado o engajamento dos diversos *stakeholders* envolvidos no processo. Para tanto, é essencial criar ou ampliar o diálogo entre as agendas políticas do país, materializando a transversalidade do tema Desenvolvimento Sustentável.

Como se verá adiante, o setor de Defesa, devido a sua relevância e papel preponderante no seio do Estado, é um agente fundamental na aceleração do processo de implementação do Desenvolvimento Sustentável.

2. O Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A natureza das atividades do Setor de Defesa, o tamanho e a localização de suas instalações, a importância de seus efetivos e o volume de suas compras, implicam significativa responsabilidade em termos de Desenvolvimento Sustentável.

Os principais documentos de Defesa do país — Livro Branco Nacional de Defesa (LBND), Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), e Livro Verde da Defesa — são de extrema relevância, pois tornam pública a postura do Brasil no campo da Defesa, tanto perante a sociedade civil quanto perante parceiros estrangeiros.

A análise da última versão desses documentos² (cuja proposta de atualização se encontra em trâmite no Congresso Nacional, tendo sido aprovada sua transformação em Decreto Legislativo no dia 15/12/2021), permite observar a inegável ligação entre o Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, merecem destaque alguns trechos da PND (BRASIL, 2020).

2.1 Fundamentos

[...]

2.1.4. A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que depende das capacidades instaladas, ao mesmo tempo em que contribui para o aproveitamento e a manutenção das potencialidades nacionais e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro.

2.2 O ambiente nacional

[...]

2.2.5. O Brasil deve buscar mais investimentos e eficiência em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, em qualificação do capital humano e em infraestrutura (transporte, energia, comunicação etc.), de forma a superar os gargalos existentes, propiciando o efetivo desenvolvimento do País e o fortalecimento da Defesa Nacional.

2. Em relação ao Livro Verde da Defesa, observa-se que não há revisão periódica estabelecida em lei, e a versão ora analisada é do ano de seu lançamento 2017.

3. Concepção política de defesa

A paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do **Desenvolvimento**, para a redução das deficiências estruturais das nações; da **Diplomacia**, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da **Defesa**, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis. Esses três pilares — Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa — devem ser explorados com maior ou menor profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais.

Ainda no capítulo 3, a PND elenca os pressupostos sobre os quais o Brasil concebe sua Defesa Nacional, dentre os quais:

VII. Defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados;

No Livro Verde da Defesa, igualmente são vistas referências a aspectos do Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2017). Este documento merece destaque por sua importância na seara ambiental. Publicado em 2017 pelo Ministério da Defesa, tem por objetivo difundir e divulgar as boas práticas de gestão ambiental já adotadas pelas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa, ressaltando que a proteção ambiental e o legado secular de preservação também integram o rol de atividades das Forças Armadas, conforme demonstrado no trecho abaixo transcrito:

“Tradicionalmente, a contribuição das Forças Armadas vai muito além de sua missão precípua, de defesa do território e da soberania nacionais, e abarca a ocupação e a integração do território, bem como a promoção do desenvolvimento nacional. A proteção ambiental e o legado secular de preservação, embora menos conhecidos, inserem-se também nesse nobre rol de atividades.

[...]

É natural, portanto, que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas desempenhem um papel de protagonismo na proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e fiscalizando a sua devida execução, promovendo boas práticas por todas as unidades militares e oferecendo qualificação profissional adequada.

O Brasil é marcado por riquezas naturais diversificadas e cabe à Defesa não apenas proteger esse patrimônio, mas ajudar na sua preservação como tarefa inerente ao trabalho das Forças.”

Na mesma linha dos documentos acima referidos, o Plano Plurianual do Ministério da Defesa para 2020-2023, em seu item 6.2, trata especificamente do alinhamento dos programas desse Ministério com os ODS, nos seguintes termos:

“6.2. Alinhamento dos Programas do MD aos Objetivos e Metas do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, são um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Esses Objetivos incluem ações e projetos relacionados à mudança global do clima, à desigualdade econômica, à inovação, ao consumo sustentável, à paz e justiça, entre outras prioridades. O quadro a seguir demonstra o vínculo entre os programas finalísticos do MD e esses objetivos”. (BRASIL, 2019)

Para que os ODS possam ser alcançados, contudo, é fundamental a participação ativa de todos os *stakeholders*. Neste sentido, a versão preliminar da Declaração *Ministerial do High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) 2022*³ (UN, 2022) encoraja o

3. O *High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF)* é a principal plataforma das Nações Unidas sobre Desen-

envolvimento e o empoderamento de autoridades locais, comunidade e organizações, para o alcance dos ODS, determinando ser essencial a ajuda desses *stakeholders* com vistas a viabilizar a tradução e a adequação de tais objetivos conforme a realidade local.

O mesmo incentivo às ações multisetoriais, questões interdisciplinares e colaboração dos *stakeholders* no âmbito do Desenvolvimento Sustentável pode ser visto nos objetivos elencados na PND, que preconiza a participação dos cidadãos nas discussões afetas aos assuntos de Defesa Nacional, com vistas a estimular uma cultura participativa e colaborativa no seio da sociedade brasileira, conforme se verifica abaixo:

VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional. Trata-se de aumentar a percepção de toda a sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do País, incrementando-se a participação dos cidadãos nas discussões afetas ao tema e culminando com a geração de uma sólida cultura de Defesa.

[...]

XV. Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.

Nessa linha, o Livro Branco Nacional de Defesa afirma que:

“O MD também é um ator político responsável por fomentar a cooperação com os demais setores governamentais que tenham relação com a defesa do País, alinhando projetos de defesa com os programas desenvolvidos por outras áreas do governo principalmente ligados ao desenvolvimento nacional e à diplomacia”. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2020)

A partir do panorama geral aqui apresentado, que evidenciou a indiscutível ligação entre o Setor de Defesa e o Desenvolvimento Sustentável, passaremos à discussão sobre o papel da Defesa como agente acelerador do Desenvolvimento Sustentável.

3. A defesa como agente acelerador do Desenvolvimento Sustentável

O ano de 2020 marca o início da chamada Década da Ação (UN, 2019), que tem por objetivo acelerar, em âmbito mundial, o alcance dos ODS. Desta forma, o momento é oportuno para evocar reflexões mais profundas sobre o papel do Brasil e, em especial, do Setor de Defesa brasileiro nessa incessante busca pelo Desenvolvimento Sustentável.

Como se viu no item anterior, os principais documentos de Defesa brasileiros estabelecem claramente o elo entre Defesa e Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, além do arcabouço normativo formado por tais documentos, há outros fatores de extrema relevância que permitem enxergar o Setor de Defesa como agente acelerador do Desenvolvimento Sustentável.

O Setor de Defesa representa um dos maiores volumes de compras do Estado, um grande consumidor de energia e um dos principais ocupantes de domínios públicos, além de empregar grande número de funcionários; assim, as operações e projetos desenvolvidos pelo Setor de Defesa produzem grandes impactos em termos sociais, econômicos e ambientais, com o

volvimento Sustentável e tem um papel central no acompanhamento e revisão da Agenda 2030 e dos ODS a nível mundial. O HLPF em 2022 ocorrerá entre 5 e 15 de julho de 2022.

“...políticas da área de Defesa podem constituir poderosa ferramenta de auxílio à implementação do Desenvolvimento Sustentável.”

poder de propiciar o fortalecimento da cadeia produtiva nacional, a geração de empregos e renda, bem como a transferência de tecnologias de alto valor agregado. Esses fatores fazem com que o Setor de Defesa esteja no centro da corrida pelo Desenvolvimento Sustentável.

No que tange à transferência de tecnologia, verifica-se que é um tema de alta relevância, não apenas no âmbito do Setor da Defesa, mas também na Agenda 2030 (UN, 2015) que estabelece o investimento em tecnologias como fator preponderante para se atingir as metas dos ODS. O emprego da tecnologia para a promoção do Desenvolvimento Sustentável é, aliás, diretriz alinhada com o preceituado no artigo 218, § 2º da Constituição Federal: **“inovação tecnológica deve ser preponderantemente voltada para a solução de problemas do Brasil”**.

É oportuna, portanto, a menção à Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa — PcomTIC, de modo a demonstrar como políticas da área de Defesa podem constituir poderosa ferramenta de auxílio à implementação do Desenvolvimento Sustentável.

Denominadas *Offset*, as práticas comerciais compensatórias são regulamentadas pela Portaria Normativa nº 61/GM-MD, de 22 de outubro de 2018, sendo amplamente utilizadas nas contratações do Setor de Defesa. Dentre os benefícios por elas trazidos destaca-se, como principal, a aquisição de tecnologias, às quais o país demandante não teria acesso por vias convencionais (JONES, 2019). De acordo com o artigo 3º, inciso VI da referida Portaria, a compensação consiste em **“prática compensatória acordada entre as partes, como condição para a importação de bens e serviços, com a intenção de gerar benefícios de natureza tecnológica, industrial ou comercial.”**

Verifica-se, pela definição acima transcrita, que a política compensatória foi estabelecida com o fito de buscar benefícios comerciais, industriais ou tecnológicos. Não há, entretanto, menção às questões sociais e ambientais. Note-se, porém, que em países como o Peru e a Colômbia, a política de compensação aborda o aspecto social e ambiental em suas diretrizes. (PERU, 2011) (COLÔMBIA, 2008).

“...uma das etapas essenciais a serem percorridas para o alcance dos ODS é a transposição e a tradução de suas metas para as políticas nacionais.”

Outra forma de se incluir a busca pelo Desenvolvimento Sustentável na política de *Offset*, seria por meio do estabelecimento de um maior coeficiente multiplicador para compensações que, além de transferirem tecnologia e *know-how*, sejam ecologicamente responsáveis.

Não é objeto do presente artigo a análise de outras políticas específicas do Setor de Defesa à luz do Desenvolvimento Sustentável, como por exemplo a Lei nº 12.598/2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa. Todavia, registra-se a pertinência de estudo desse tema, haja vista que uma das etapas essenciais a serem percorridas para o alcance dos ODS é a transposição e a tradução de suas metas para as políticas nacionais.

3.1 Boas práticas internacionais

A falta de robustez e clareza de normas e a ausência ou deficiência de mecanismos de mensuração (controle e avaliação), constituem grandes empecilhos para o alcance de objetivos estabelecidos em políticas públicas do Estado. No tocante à promoção e implementação do Desenvolvimento Sustentável, não é diferente. Uma breve análise do cenário de outros países permite identificar a existência de disposições unificadas e mais consistentes, que estabelecem, de forma clara, diretrizes em níveis estratégico e operacional, para que o Setor de Defesa desempenhe, da melhor forma possível, seu papel na busca pelo Desenvolvimento Sustentável.

Tanto no âmbito dos Estados Unidos, quanto da União Europeia e da OTAN, há disposições sobre o Desenvolvimento Sustentável no Setor de Defesa. Embora não se tenha por objetivo aqui a análise dessas estruturas internacionais, vale a pena, a título exemplificativo, tecer breves comentários sobre a forma como o Desenvolvimento Sustentável está presente no seio da estrutura do Ministério de Defesa Francês (*Ministère des Armées*).

O Ministério de Defesa Francês estabeleceu seu primeiro plano de engajamento ambiental em 2007, cuja atualização se deu em 2009. Nessa esteira, em 2010 elaborou a primeira Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Defesa (*La stratégie de développement durable de la défense de 2010*) que identifica nove desafios em termos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo os aspectos ambiental, econômico e social. Cada um destes desafios é acompanhado por escolhas estratégicas e propõe medidas a serem implementadas para o enfrentamento dos respectivos desafios. Em 2012 foi lançada a Estratégia Ministerial de Performance Energética (*La stratégie ministérielle de performance énergétique de 2012*) que identifica esforços a serem empreendidos para garantir o acesso das Forças Armadas à energia, assegurar a qualidade e controlar a despesa e o consumo, sob uma perspectiva ambiental. Já em 2016 foi lançada a Estratégia de Defesa Sustentável (*La stratégie défense durable de 2016*) que identifica quatro desafios principais: (i) preservação dos meios e territórios (ii) concepção ecológica de infraestruturas e equipamentos (iii) reforço de uma abordagem socialmente responsável (iv) implantação de uma governança estruturada, garantindo a correta implementação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável. (*ASSEMBLÉE NATIONALE, 2021*)

Em 2020, ocorreu a atualização da Estratégia Ministerial de Performance Energética (*La stratégie ministérielle de performance énergétique de 2020*), que se baseia em dois compromissos principais: a redução do consumo de energia e o desenvolvimento das energias renováveis. Ainda em 2020, foi lançada a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2020 (*La stratégie de développement durable de l'état-major des armées de 2020*), que procura, acima de tudo, reforçar ações em torno dos seis ODS relacionados ao meio ambiente, bem como destacar ações e resultados alcançados nas dimensões social e econômica. Em 2022, identifica-se o estabelecimento da Estratégia Clima e Defesa (*Stratégie Climat & Defense*) que tem por objetivo preparar o setor de Defesa para o enfrentamento de questões climáticas.

Merece destaque o fato de todas essas políticas abordarem o tema governança como fator importante para se alcançar a promoção, coordenação e implementação eficiente das ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, sobressaem algumas boas práticas de governança adotadas no âmbito do Setor de Defesa francês: (i) estabelecimento, dentro da estrutura tanto do Ministério da Defesa, quanto de cada Força Armada, de cargo responsável pelo acompanhamento de questões de Desenvolvimento Sustentável (*haut fonctionnaire au développement durable*⁴). Este profissional é responsável por contribuir com a coordenação e avaliação da implementação de políticas de Desenvolvimento Sustentável em cada Ministério. A criação desse cargo contribui, assim, para a transversalidade e coordenação do tema nas diversas agendas; (ii) estabelecimento de diretrizes e políticas de compras responsáveis (*achats responsables*⁵) de modo que as compras do Setor de Defesa levem em consideração aspectos de Desenvolvimento Sustentável; (iii) ações para educação e formação contínua do pessoal das forças armadas e a sua sensibilização aos desafios do Desenvolvimento Sustentável.

A breve exposição aqui efetuada se presta a estimular o debate e a reflexão acerca do que poderia ser aprimorado em termos de estrutura de governança no âmbito do Ministério da Defesa, com vistas à implementação da concepção de Desenvolvimento Sustentável nas atividades do Setor de Defesa brasileiro.

4. Mais informações sobre *haut fonctionnaire au développement durable* em: <https://www.ecologie.gouv.fr/hauts-fonctionnaires-au-developpement-durable>

5. Mais informações sobre *achats responsables: Le développement durable au sein du ministère des Armées* p.62. Disponível em: https://www.asafrance.fr/images/123_dossier_armees_developpement_durable.pdf

“Cabe aqui, pois, um convite a debates permanentes sobre o papel que o Setor de Defesa brasileiro desempenha no contexto da promoção do Desenvolvimento Sustentável e quais são as medidas necessárias para que a Defesa brasileira seja um ator cada vez mais ativo no contexto da Agenda 2030 e dos ODS.”

4. Considerações e recomendações finais

Como se viu no transcurso deste artigo, a natureza das atividades do Setor de Defesa, o porte e localização das instalações militares, assim como o volume de compras, tanto em âmbito nacional quanto internacional, aliados a diretrizes, ações ou objetivos, presentes nos principais documentos de Defesa brasileiros, relativos a aspectos de proteção, preservação ou uso sustentável dos recursos ambientais, são fatores que conferem ao setor indiscutível potencial para se tornar um motor propulsor do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, em consonância com o processo de aceleração que vem sendo implementado na presente década, em âmbito mundial. Cabe aqui, pois, um convite a debates permanentes sobre o papel que o Setor de Defesa brasileiro desempenha no contexto da promoção do Desenvolvimento Sustentável e quais são as medidas necessárias para que a Defesa brasileira seja um ator cada vez mais ativo no contexto da Agenda 2030 e dos ODS.

A título de contribuição para tais reflexões e futuros estudos, destacam-se abaixo as seguintes recomendações:

a) Elaborar estudos dedicados à análise de Políticas do Setor de Defesa e seu alinhamento com a concepção do Desenvolvimento Sustentável.

O resultado desse estudo deverá propor inclusões, modificações e aprofundamento em tais regramentos, ou até mesmo a criação de novas políticas, com a finalidade de estabelecer diretrizes mais claras para a implantação da perspectiva sustentável no dia a dia das atividades do Setor de Defesa. A eventual modificação de tais políticas poderá resultar em diretrizes para:

a.1) Intensificação da inserção da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável na concepção, construção, manutenção e uso das infraestruturas e equipamentos militares:

- As instalações militares a serem construídas, assim como as já existentes, devem ser, cada vez mais, objeto de estudos de viabilidade ecológica, mediante avaliação da possibilidade de uso de energias renováveis, manejo correto de resíduos, dentre outros aspectos que constituem ferramentas de sustentabilidade.
- É fundamental ainda que a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável tenha sua presença intensificada na gestão do ciclo de vida de materiais e equipamentos; ou seja, a preservação ambiental deve embasar as ações envolvendo o uso, manutenção, desmobilização/descomissionamento e descarte de materiais.

a.2) Incentivo à inovação tecnológica e pesquisa científica voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

O setor de Defesa brasileiro deve investir no desenvolvimento de tecnologias e processos mais limpos. A redução do consumo de energia e da poluição durante a utilização de um equipamento ou infraestrutura, deve ser um dos princípios norteadores.

b) Refletir sobre a estrutura de governança do Ministério de Defesa e das Forças Armadas no que tange ao tema Desenvolvimento Sustentável.

Deve-se considerar o estabelecimento de uma estrutura de governança que aloque um responsável pelas questões atinentes ao Desenvolvimento Sustentável em cada uma das Forças Armadas, bem como no Ministério da Defesa. A estrutura do Ministério da Defesa promoveria a consolidação de informações, dados e análises das ações de Desenvolvimento Sustentável em cada Força Armada, permitindo, assim, uma visão geral e concentrada de como está o avanço do tema, quais as práticas que devem ser reforçadas e quais carecem de mudança. Essa consolidação e centralização de informações permitirá o compartilhamento de boas práticas e das dificuldades enfrentadas, bem como facilitará a elaboração de proposições para futuras políticas ou ajustes necessários em políticas existentes.

c) Realizar seminários, workshops e conferências envolvendo as Forças Armadas e o Ministério da Defesa, bem como os representantes da indústria

de Defesa e da academia, visando à conscientização da importância do tema Desenvolvimento Sustentável, ao intercâmbio de boas práticas e à avaliação dos desafios a serem enfrentados.

d) Instituição de programas de fomento à pesquisa científica na área de Defesa e Desenvolvimento Sustentável.

Observa-se que, apesar de existirem iniciativas do Ministério da Defesa para programas de pesquisa na área de Defesa, não foram identificadas pesquisas com ênfase na área de Desenvolvimento Sustentável. Portanto, há carência de projetos que tenham como área de concentração a consolidação do elo entre Defesa e Desenvolvimento Sustentável.

Observa-se ainda que, apesar de existirem programas de pesquisa na área de Defesa que recebem incentivo do Ministério da Defesa, há carência de projetos que tenham como área de concentração o elo entre Defesa e Desenvolvimento Sustentável. ■

Referências

1. ASSEMBLÉE NATIONALE. *Rapport D'information sur Les Enjeux de La Transition Ecologique pour Le Ministere des Armees*, 2021. Disponível em: https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/15/rapports/cion_def/l15b4145_rapport-information. Acesso em 30 de março de 2022.
2. BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. *Defesa e Meio Ambiente – Preparo com Sustentabilidade (Livro Verde de Defesa)*, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/defesa-meio-ambiente.pdf>. Acesso em: 8 de abril de 2022.
3. BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco de Defesa Nacional*, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2022.
4. BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria Normativa N° 61/GM-MD, de 22 de outubro de 2018*. Diário Oficial da União, Brasília, nº 204, 23 out.2018. Seção 1, p.14.
5. BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA PND, 2020 *Política Nacional de Defesa*. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. Acesso em 1 de abril de 2022.
6. BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. *Cadernos do Plano Plurianual 2020-2023* https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/Caderno_do_PPA_2020_2023.pdf. Acesso em: 8 de abril de 2022.
7. COLÔMBIA. *Decreto 066/2008*. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=28244. Acesso em: 28 de abril de 2022.
8. COLÔMBIA. *DOCUMENTO COMPES 3522*. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/COMPES/Econ%C3%B3micos/3522.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2022.
9. ICSU (INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE). *ICSU 2016 A draft framework for understanding SDG interactions*, 2016. Disponível em: <https://council.science/publications/working-paper-a-draft-framework-for-understanding-sdg-interactions-2016/>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

10. JONES, J. *O Offset como Mecanismo de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Análise e Gestão de Políticas Internacionais) – PUC-RIO, 2019.
11. JUNGMAN, Raul e FURTADO, Marcelo. *Soberania, Clima e Defesa Nacional*. Valor Econômico, 1º de março de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/soberania-clima-e-defesa-nacional.ghtml>. Acesso em: 21 de abril de 2022.
12. PERU, MINISTERIO DE DEFENSA. *Directiva General n° 010 -2011/MNDEF/SG/VRD 2011*. Disponível em https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/181614/182401_RM_469_DG_010_2011_MINDEF_SG_VRD.pdf20180807-3081-18yfab.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2022.
13. UN (UNITED NATIONS). *Agenda 2030, 2015*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 16 de abril de 2022.
14. UN (UNITED NATIONS). *Sustainable Development Goals, 2015*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Acesso em: 15 de abril de 2022.
15. UN (UNITED NATIONS). *Decade of Action, 2019*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/decade-of-action/> Acesso em: 16 de abril de 2022.
16. UN (UNITED NATIONS). *HLPF 2022 - HLPF And Ecosoc HLS Ministerial Declaration – Zero Draft*. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/298152022_HLPF_and_ECOSOC_HLS_Ministerial_Declaration_Zero_Draft.pdf. Acesso em 30 de abril de 2022.
17. UN (UNITED NATIONS). *HLPF Concept Note 2022*. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/29777HLPF_programme_concept_note.pdf. Acesso em 30 de abril de 2022.